

DOSSIÊ 70 ANOS DA MORTE DE GETÚLIO VARGAS: INTERCÂMBIOS ENTRE MÍDIA, SOCIEDADE E PODER

Carla F. da Silva *

Pâmela Becker **

Thiago Juliani ***

1

O dossiê "70 anos da morte de Getúlio Vargas: intercâmbios entre mídia, sociedade e poder" é uma coletânea de artigos que explora, sob múltiplas perspectivas, a complexa e fundamental relação entre os meios de comunicação e o projeto político varguista. Esta publicação se insere no conjunto de ações promovidas ao longo de 2024 pelo grupo de pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos, vinculado à UERJ e ao CNPq, que se dedicou a celebrar e investigar, de maneira profunda e plural, o impacto duradouro desse período na história e cultura brasileiras. Por meio de palestras, entrevistas, eventos e produções acadêmicas, o grupo buscou não apenas reunir pesquisadores e interessados no tema, mas também estimular o debate sobre os legados de Vargas para a sociedade contemporânea.

Com efeito, entre 1930 e 1954, o regime Vargas não apenas moldou um projeto de Estado, mas lançou as fundações para um conceito de nação, criando ou fortalecendo símbolos e discursos que ajudaram a definir o que significava "ser brasileiro". Sob sua influência, o Estado e os meios de comunicação desempenharam um papel-chave na construção de uma identidade nacional multifacetada, abrangendo aspectos sociais, econômicos e políticos. Por meio da execução de políticas públicas, Vargas impulsionou a industrialização e a transformação econômica do país, trazendo para a agenda brasileira questões essenciais à melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Seus governos ensaiaram uma nova etapa para o capitalismo brasileiro, propondo um modelo de desenvolvimento capaz de modernizar a economia e fortalecer o papel do Estado.

* Economista da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). E-mail: lacarlasilva@gmail.com

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: pamela.souza@edu.pucrs.br

*** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: thiago.regina@acad.pucrs.br

O objetivo desta obra é, portanto, mais do que descrever eventos e políticas: é desvendar as camadas e as interseções entre o poder político e os meios de comunicação na construção de uma narrativa nacional durante um dos períodos mais significativos da história do Brasil.

O dossiê é fruto do esforço coletivo de uma diversidade de pesquisadores de distintas regiões e instituições, incluindo a colaboração de avaliadores de grande prestígio, tanto nacionais quanto estrangeiros, especialistas nos estudos sobre o período Vargas. Tal diversidade enriquece a perspectiva e amplia o escopo das análises apresentadas. Para organizar as contribuições, optamos por uma divisão em três partes temáticas. Longe de uma mera separação didática, essa estrutura busca oferecer uma compreensão mais profunda dos principais eixos que orientam o uso das mídias como mediadoras da realidade política e social no contexto varguista. Assim, o dossiê permite um mergulho nas múltiplas dimensões em que mídia, sociedade e poder se entrelaçaram, iluminando os mecanismos pelos quais o varguismo empregou os meios de comunicação para consolidar sua visão de Brasil.

A primeira parte do dossiê revela o uso estratégico das mídias pelo governo Vargas para consolidar seu regime, demonstrando a importância da comunicação na formação da identidade nacional e na legitimação política. A segunda e a terceira partes exploram as mídias com foco em temáticas específicas. A segunda parte explora as ideologias e a construção de inimigos, evidenciando as estratégias utilizadas para mobilizar a população e justificar ações governamentais. Já a terceira parte destaca as políticas de nacionalização e controle social, mostrando como afetaram grupos específicos e moldaram as relações trabalhistas.

Parte 1: Mídia e Propaganda na Construção do Regime Vargas

Nesta seção, os artigos analisam o uso estratégico das mídias pelo governo Vargas para promover sua imagem, influenciar a opinião pública e consolidar o Estado Novo. Aborda-se o papel do rádio, da imprensa, do cinema, da publicidade e da fotografia como ferramentas de propaganda e comunicação política.

Karen Dayanne Nunes investiga, em seu artigo, como o Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, empregou múltiplas plataformas de comunicação — rádio, jornais, panfletos e livros — para informar e conquistar a classe trabalhadora. Por meio de conferências no programa de rádio "Hora do Brasil" e de materiais impressos, Marcondes Filho buscava não apenas

esclarecer as ações governamentais, mas também fortalecer a imagem de Vargas e do regime junto aos trabalhadores.

Marina Helena Meira Carvalho explora a legitimidade social e política adquirida pela publicidade entre o final dos anos 1930 e início dos 1940. Seu estudo analisa como publicitários e propagandistas construíram relações com o Estado Novo, ora se alinhando explicitamente aos seus ideais, ora apresentando representações que dialogavam com as diretrizes do regime. A autora destaca a construção de um papel social para a publicidade e sua influência na consolidação do Estado Novo.

Carolina Machado dos Santos aplica o conceito de "estetização da política", de Walter Benjamin, para analisar como o Estado Novo incorporou elementos estéticos em sua propaganda política. Através da análise de fotografias publicadas na Revista da Semana, a autora demonstra como a imagem de Vargas foi cuidadosamente construída para promover uma estética que servisse aos interesses do regime, influenciada por práticas nazifascistas.

Bruno José Yashinishi e Tony Honorato abordam as contradições das políticas culturais de Vargas em relação ao cinema. Baseados na sociologia de Norbert Elias, os autores analisam como o cinema nacional foi utilizado como ferramenta de processos civilizatórios e descivilizatórios durante o Estado Novo. O estudo evidencia as dinâmicas conflituosas entre mídia, sociedade e poder, e como as políticas paradoxais do regime afetaram o setor cinematográfico.

Felipe Castanho Ribeiro examina a complexa relação entre a imprensa e o poder autoritário na Era Vargas. Seu artigo oferece uma reflexão sobre como os órgãos de comunicação atuaram tanto como instrumentos de legitimação quanto como espaços de resistência. Ao observar a historicidade do jornalismo político, o autor contribui para o debate sobre a função da imprensa em contextos autoritários.

Por meio da análise dos debates políticos na Revista do Rádio, um semanário especializado em assuntos radiofônicos, Maycon Douglas Vieira dos Santos investiga o nível de apoio do periódico ao projeto getulista e como suas representações influenciaram a percepção pública sobre Vargas. O artigo examina as motivações por trás da mobilização positiva da figura do presidente, revelando o papel da mídia na construção de sua imagem.

Matan Ankava explora como o governo varguista utilizou o rádio, especialmente o programa "Hora do Brasil", como ferramenta de diplomacia pública. Seu artigo investiga a atuação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e revela a cooperação com os aparatos

radiofônicos nazifascistas. Ankava demonstra que a radiodifusão foi transformada em uma força de propaganda autoritária, mesmo antes da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e da estatização da Rádio Nacional.

Parte 2: Construção do Inimigo e Ideologias no Estado Novo

Nesta seção, os artigos exploram a formação de inimigos internos e externos pelo regime Vargas, destacando o anticomunismo, o nacionalismo e as estratégias ideológicas empregadas para legitimar o governo e mobilizar a população, através da análise do rádio, da literatura política e da imprensa escrita.

Tunai Rehm Costa de Almeida e Edivando da Silva Costa analisam como o rádio foi utilizado na Amazônia paraense durante a Segunda Guerra Mundial para construir a imagem dos inimigos do Brasil — os países do Eixo e os mosquitos transmissores da malária. O estudo revela como a política de radiodifusão alinhou discursos e ações para orientar os ouvintes e disseminar informações que atendiam aos interesses políticos do governo Vargas e dos Estados Unidos.

Diego Grossi identifica, em seu artigo, como a questão nacional foi instrumentalizada como mecanismo anticomunista na literatura política brasileira durante o primeiro governo Vargas. Analisando obras de Alceu Amoroso Lima, Affonso Arinos de Mello Franco e Octavio de Faria, o autor demonstra que a estratégia de estrangeirização do comunismo foi amplamente utilizada para reforçar o discurso antimarxista e defender uma identidade nacional reificada.

O estudo de José Antonio de Andrade explora o papel da imprensa como disseminadora do anticomunismo durante o regime Vargas. Através da análise de documentos oficiais, reportagens da época e anotações do próprio Getúlio Vargas, o artigo examina como a mídia influenciou a opinião pública sobre o comunismo após a Intentona Comunista de 1935 e durante o golpe do Estado Novo em 1937. O estudo evidencia a função da imprensa como conformadora da opinião pública e instrumento de legitimação das ações governamentais.

George Leonardo Seabra Coelho descreve a atuação de Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia no governo paulista pós-1930 e a elaboração do "Movimento Bandeira" nas páginas do *Jornal Anhanguera*. O artigo analisa as críticas dirigidas a Vargas e como esses intelectuais, em significativa reviravolta política, acabaram se integrando como ideólogos do Estado Novo. Coelho destaca as dinâmicas políticas e intelectuais que permearam a oposição e a posterior adesão ao regime.

Parte 3: Políticas de Nacionalização, Controle Social e Relações Trabalhistas

Esta parte concentra-se nas políticas implementadas pelo governo Vargas relacionadas à nacionalização da educação, controle de imigrantes, relações trabalhistas e mecanismos de governamentalidade. Analisa-se, através do estudo da legislação e de jornais e revistas, como essas políticas afetaram diferentes grupos sociais e como foram percebidas pela população.

Igor Bitencourt Scarabelot investiga, por meio da "analítica de governo" e do conceito de governamentalidade, o discurso jurídico da política de nacionalização do ensino no Estado Novo em Santa Catarina. O autor analisa como a norma jurídica foi utilizada como tecnologia de governo para excluir estrangeiros, nomeados como "alienígenas", e reforçar uma identidade nacional unificada. A nacionalização do ensino operava como uma cura social, visando formar uma nação e um povo coesos.

Mônica Renata Schmidt Pegoraro e Marcos César Borges da Silveira exploram a implementação da carteira profissional pelo Ministério do Trabalho e a reação dos trabalhadores do comércio no Rio de Janeiro. Analisando o vespertino carioca *A Noite*, os autores investigam a resistência dos comerciários, preocupados com possíveis registros desfavoráveis pelos empregadores, e como a imprensa retratou essa questão. O estudo evidencia as tensões entre o governo e os trabalhadores, destacando o papel da mídia na mediação desse conflito.

Pedro Jardel Fonseca Pereira examina as representações dos trabalhadores migrantes nordestinos na Revista do Conselho de Imigração e Colonização. Inicialmente retratados como degenerados e aventureiros, esses trabalhadores foram reabilitados nos discursos governamentais como símbolos da brasilidade — fortes, corajosos e ativos. O autor analisa as correntes de pensamento que influenciaram essas interpretações, contrastando teorias raciais com perspectivas sanitaristas que atribuíam as condições adversas a fatores sociais e não raciais.

Esperamos que este conjunto de estudos contribua para ampliar o debate acadêmico sobre o legado de Getúlio Vargas e inspire novas pesquisas que continuem a desvendar as complexidades de nossa história.

Agradecemos à Revista *Continentes* por acolher a proposta do dossiê e pelo suporte prestado ao longo do processo editorial. Em especial, nosso reconhecimento ao professor

Silva, Becker & Juliani, DOSSIÊ 70 ANOS DA MORTE DE GETÚLIO VARGAS

Doi: 10.51308/continentes.v1i25.582

Guilherme Ribeiro, do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cujo apoio foi fundamental para a publicação deste trabalho.